

Ata da 9ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 06 de março de 2014, com início às nove horas e trinta e três minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Sílvio José Gonçalves, Luiz Frare, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, ao tempo em que conclamou os presentes a entoarem o Hino Nacional. Na sequência, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 146/2013. Emenda 1 ao Projeto de Lei nº. 09/2014. Projeto de Lei nº 19. Projeto de Lei nº 20/2014. Projeto de Lei nº 21/2014. Requerimentos nºs 36 e 37/2014. Indicações nºs 113 e 114/2014. Parecer contrário nº. 60 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº. 239/2013. Parecer favorável nº. 61 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 2/2014. Parecer favorável nº. 62 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 4/2014. Parecer favorável nº. 63 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 236/2013. Parecer favorável nº. 64 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 10/2014. Parecer favorável nº. 65 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 11/2014. Parecer favorável nº. 66 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 02/2014. Parecer favorável nº. 67 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 7/2014. Parecer contrário nº. 68 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 09/2014. Parecer contrário nº. 69 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 8/2014. Parecer favorável nº. 70 da Comissão de Justiça e Redação a Subemenda 1 a emenda 2 ao Projeto de Lei nº. 173/2013. Parecer favorável nº. 71 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 7/2014. Parecer favorável nº. 72 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de Lei nº. 7/2014. Parecer favorável nº. 73 da Comissão de Turismo e Assuntos Internacionais ao Projeto de Lei nº. 240/2013. Parecer favorável nº. 74 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 ao projeto de Lei nº. 146/2013. Parecer favorável nº. 75 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 207/2013. Parecer favorável nº. 76 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a Emenda 1 ao projeto de Lei nº. 146/2013. Parecer favorável nº. 77 da Comissão de Saúde e Assistência Social a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº. 146/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Gugu Bueno, Rui Capelão, Romulo Quintino, Sílvio Gonçalves, Luiz Frare, Nei Haveroth, Marcio Pacheco e João Paulo. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, o vereador Rui

Capelão solicitou inversão da pauta com relação ao Projeto nº 146/2013, a fim de ser deliberado por primeiro, o que foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes.

**ORDEM DO DIA –** Em discussão e votação a ata da 7ª sessão ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2014, foi aprovada pela totalidade de votos dos vereadores presentes. Conforme aprovação e deliberação deste Plenário, deliberamos neste momento então, o Projeto de Lei já em 2ª votação, né, em 2ª deliberação e votação o Projeto de Lei nº 146/2013, de autoria dos vereadores Pedro Martendal do PSDB e Paulo Porto do PCdoB, ambos, com ideologia bastante semelhantes, partidos então, curioso, curiosa aí a parceria que dispõe sobre o fornecimento gratuito de fraldas descartáveis para pessoas com deficiência. O Projeto teve uma emenda, emenda nº 1 proposta pelo vereador Pedro Martendal e dá nova redação aos artigos 3º, 4º e 5º do referido Projeto; em discussão a emenda. - Peço a palavra, Presidente. – Com a palavra, o vereador autor da Emenda. – Senhor Presidente, nobres Vereadores, distinta assistência, comunidade, imprensa aqui presente; esta emenda nº 1 ela apenas altera o 3º, 4º e 5º artigos, em função de que este Projeto do ano de 2013, então é uma adequação a redação apenas do Projeto. Não altera em nada o projeto é apenas uma correção redacional em função de que o projeto é do mês de junho de 2013. Então, virou o ano e então, a necessidade desta adequação. Desta forma eu peço a compreensão de todos os nobres vereadores e peço voto favorável a esta Emenda nº 1, modificativa. Obrigado. – Senhores, em votação a Emenda nº 1 modificativa de autoria do vereador Pedro Martendal, proposta ao Projeto de Lei nº 146/2013, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovada a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 146/2013. Projeto de Lei nº 146/2013, agora em discussão, de autoria dos vereadores Pedro Martendal e Paulo Porto, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de fraldas descartáveis para pessoas com deficiência e idosos, (peço a palavra) em discussão. – Peço a palavra, Presidente eu como autor, falo primeiro ou ...? – Vamos conceder, o direito ao vereador Pedro Martendal de se manifestar primeiro, o qual dispõe aí de 10 minutos para as suas considerações. – Agradeço a compreensão do nobre colega, o vereador Vanderlei. Senhor Presidente, Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores e senhoras aqui presentes, temos pessoas importantes no plenário, eu deixarei de mencionar, temos dirigentes, presidentes de associações, de movimentos, permitam-me eu não nominá-los, para não cometer uma injustiça e deixar de mencionar o nome de alguém. Sei do trabalho maravilhoso com total despreendimento que os senhores realizam; então por este motivo eu deixo de nominá-los. É, senhor Presidente, senhores vereadores, é, o dia de hoje nós complementamos a votação do Projeto 146 de 2013, é, apresentado juntamente com o colega, o vereador Paulo Porto; o qual protocolamos ainda, no mês de junho de 2013. Como já me manifestei bastante detalhadamente quanto à importância deste Projeto na 1ª votação e, agradeço mais uma vez a compreensão de todos os vereadores quando tivemos aprovação por unanimidade. Então, quanto à importância do projeto eu não me deterei em muitos

detalhes, já conversamos na 1ª votação. Só rapidamente, ressaltar da importância de que como muito está expresso ali nas faixas, é uma questão de saúde, uma questão de dignidade e acima de tudo uma questão de direito. É, estas pessoas que aqui estão com mais idade, é que propiciaram, eles, e mais os seus familiares e muitos que até, não estão mais aqui; que nos deram a condição, a qualidade de vida que hoje temos. Eu cheguei em Cascavel em 72, e já era difícil. Nós tínhamos uma série de dificuldades em nossa cidade, que com o passar do tempo à qualidade de vida foi melhorando. Agora, imagine os senhores vereadores como era a situação pra se desbravar esta terra e constituir esta linda cidade, que hoje nos acolhe. Então, esta questão da melhora da qualidade de vida das pessoas idosas eu acho que é um direito, uma questão de dignidade. As pessoas com deficiência, é, por uma questão de destino, questão genética, ou no parto, nós temos muitos casos; nós imaginamos que são poucos, mas são muitos; um atraso no parto e que a criança acaba tendo uma limitação e muitas vezes tem necessidade, é, em função daquela limitação física que ela tem, é, de utilizar as fraldas. Então, isto é fundamental que o Poder Público dê condições de melhora na sua qualidade de vida. Quanto a questão técnica deste projeto, é, nós temos uma emenda que, é, foi apresentada, aonde que tem valor para, é, para suprir o fornecimento e caso seja insuficiente, como nós temos muitas vezes feito remanejamento dentro do orçamento, isto poderá ser feito. Além disso, nós temos na LDO, na rubrica 2333 da Secretaria Municipal de Assistência, no Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos uma previsão de R\$ 409.000,00, que é destinado a planejar, executar, dar assistência aos idosos. Na Secretaria Municipal de Saúde também, na rubrica 2322, nós temos R\$ 6.276.610,00 para executar, elaborar, coordenar atividades com o objetivo de dar suporte e desenvolvimento de ações de saúde. Então, questão orçamentária eu não vejo óbice nenhum, em nós aprovarmos esta lei. Também, na questão do idoso, eu queria fazer a leitura do artigo 3º, onde consta a prioridade absoluta, é, no inciso I, do parágrafo único, lá está: Parágrafo único: a garantia de prioridade compreende atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados, prestadores de serviços da população. Inciso II: Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas específicas. E o inciso III: destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionados com a proteção ao idoso. Então, já está inclusive no Estatuto do Idoso, não há porque de nós não aprovarmos esta lei; ainda mais, a, na 3ª Conferência Estadual das Pessoas Com Deficiência do Estado do Paraná, realizada em Curitiba, também, no eixo temático 3: saúde e prevenção; já se previa garantia ao acesso a programas de fornecimento gratuito de fraldas descartáveis em condições suficientes para suprir as necessidades ou condições favoráveis de acesso no mercado das pessoas com deficiência, que não possuem controle, independente de idade e condição social. E agora, pra mais tranquilidade nossa ainda, e até uma certa alegria de minha parte, é, provando que nós estamos no caminho certo; no final do mês de fevereiro eu tomei conhecimento no dia 28, nós tivemos uma decisão do STJ – Supremo Tribunal de Justiça de Brasília, 3ª instância, onde é, diz o seguinte a

matéria: a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ decidiu que todos os brasileiros tem direito a fraldas descartáveis gratuitas, em caso de doença, e com comprovação de que não pode arcar com o custo de acordo com a assessoria do Tribunal a decisão foi unânime. O julgamento veio a partir de uma ação do Ministério Público de Santa Catarina que conseguiu na justiça o fornecimento gratuito de fraldas a uma jovem de 21 anos, portadora de doença congênita. A família de baixa renda não podia pagar pelo item, que tinha custo médio de R\$ 400,00 por mês. Após a vitória, o Ministério Público pediu que o entendimento fosse expandido a todos. O Tribunal de Justiça do Estado não concordou com os promotores, já que este seria um caso particular, mas a decisão de ampliar o direito foi selada pelo STJ após recurso. Não fosse assim, haveria graves limitações à extensão e as potencialidades da Ação Civil Pública, o que não se pode admitir, afirmou o relator o ministro O. Fernandes. Então esta decisão quentinha, final do mês de fevereiro, vem ainda dar mais tranquilidade, senhores vereadores para que nós aprovemos esta lei. Então, eu conto com a sensibilidade de todos e espero ter uma em respeito às pessoas com deficiência que já tem uma limitação de vida e também, as pessoas idosas, é, aprovação desta lei e espero que ela seja também, por aprovação unânime. Muito obrigado, Presidente. – Com a palavra o vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, comunidade que nos acompanha, quero cumprimentar aqui a Lurdinha, nossa coordenadora diocesana da Pastoral da Criança e em nome dela cumprimentar a todas pessoas da Pastoral da Criança e demais pessoas que estão no nosso plenário. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, eu quero antecipar o meu voto a este projeto será favorável. Porém, já conversei com a Filomena da AFPIS e conversei com algumas mães, eu entendo em um dos artigos está previsto que o fornecimento de fraldas tem que ser prescrito por um médico do Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde a Lei 8080, uma Lei Federal, que trata da saúde. Saúde direito de todos e universal; qualquer cidadão tem acesso à saúde. Eu só fico preocupado e principalmente fico preocupado, enquanto assistente social, enquanto técnico, porque este projeto quando fala que terão direito as fraldas, somente as pessoas que estejam inscritas no cadastro do Sistema Único da Assistência Social - SUAS – Sistema Único de Assistência Social não é para todos. Aí, uma pessoa que necessita daquela fralda poderá não ter este direito, porque infelizmente o profissional, o técnico que vai elaborar o parecer vai ter que usar da questão do corte etário, ou seja, da renda. Se a pessoa não estiver inscrita no Sistema Único de Assistência Social no cadastro único do governo federal não será possível atendê-lo, infelizmente. E, eu fico preocupado desta forma. Fico preocupado não só como vereador; fico preocupado enquanto assistente social, porque muitas vezes como profissional se eu estiver atendendo eu vou ter que a pessoa ganha determinada renda, e ela não poderá ser beneficiada e, por isto eu defendo que todos tem direito. Disse para o autor, o vereador Pedro Martendal que no ano seguinte nós vamos propor um projeto para que todos, todos que tem necessidade de saúde, todos que estejam prescritos por um médico do SUS, porque a saúde é direito

de todos, todos tem direito de ter este benefício. Em caso de doença o PAID já atende. O PAID atende parte deste grupo, mas não atende a todos. Então, eu fico preocupado. Votarei a favor. Defendo o projeto. Entendo, vereador Pedro Martendal e vereador Paulo Porto, que é um projeto excelente; quando fui conselheiro tutelar tem uma Ação Civil Pública, não, um Inquérito Civil no Ministério Público, aqui de Cascavel, na época como conselheiro tutelar em que 120 famílias, atendidas pela APAE de Cascavel necessitavam de fraldas. Foi feita uma audiência pública nesta Casa em 2009, foi discutida a situação, mas a Assistência Social tem uma Resolução 109 de 2009, que tipifica os serviços da assistência social e, as fraldas tem que estar na saúde. A saúde de Cascavel, a Secretaria de Saúde precisa assumir este filho porque é deles. Não é um filho da Assistência Social é da Saúde e, este papel, esta função de atender aquelas pessoas que precisam das fraldas tem que ser atendido pela Secretaria de Saúde. Defendi isto, continuo defendendo e defenderei, a Assistência Social é uma política pública para as pessoas que dela necessitarem. A Saúde é para todos os que dela necessitarem, está na seguridade social, então nós temos que fazer esta diferença porque daqui a pouco nós não conseguimos tornar esta lei prática, embora esta lei seja importante; porque o assistente social que for atender a família, a pessoa que necessitar da fralda terá que cumprir a lei e, principalmente a lei federal. Nós cumprimos uma legislação, então por isto, o voto será favorável, mas eu apresento as ressalvas e no ano seguinte pretendo apresentar um projeto nesta Casa, para que todas as pessoas que necessitarem das fraldas para atendimento de saúde terem este direito; e que a Secretaria de Saúde do município possa fazer este atendimento. Muito obrigado! – (A palavra) – (Eu peço a palavra). – Só um segundo, vereador Rui Capelão o vereador Luiz Frare antes do senhor, com a palavra. – Senhor Presidente, senhores vereadores, assistência, imprensa, é apenas complementando algumas colocações do vereador Vanderlei eu quero deixar aqui, ao conhecimento de todos que existe uma lei, a lei nº 3.430 de 2002, tá, e no artigo 1º esta lei diz o seguinte: Fica autorizado o Poder Público Municipal através da Secretaria da Ação Social e Secretaria da Saúde em seus respectivos ambitos de ação, a conceder benefícios às pessoas de baixa renda participantes de programa de assistência do município de Cascavel e também, para atender as necessidades de caráter emergencial. E dentre tantos itens que ela contempla está a colocação, melhor, não é colocação, está a obrigação do município de também distribuir fraldas. Pois bem, aqui inclui Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde através do Decreto 7012, 7.012 de 02 de maio de 2006. Aí foi atribuído a Secretaria da Saúde o encargo e a incumbência de fazer, distribuir fraldas descartáveis para uso geriátrico e incontinência urinária em adultos. Ora, já existe lei e já existe decreto regulamentando a referida lei sobre a distribuição de fraldas; e na Secretária de Saúde existe o Programa PAID, tá. Esse programa é composto por 3 médicos, assistente social, fisioterapeuta, nutricionista, enfermeiro e como disse os 3 médicos. A avaliação inicial para as pessoas que precisam, através de um filho, de um parente, de um irmão enfim; ela é encaminhada a Unidade Básica de Saúde feita uma

avaliação inicial, e encaminhada para esse, essa unidade ao PAID; para visita in loco na residência sobre a necessidade de se fornecer a fralda ou não. Portanto, nós estamos aprovando aqui uma lei hoje, que já existe inclusive regulamentada por decreto, como é feito o sistema de distribuição de fraldas. Então, eu, meu voto é contrário por existir já uma lei que contempla, é, os itens que foram citados na Lei, ora em votação. Obrigado! – Vereador Rui Capelão, com a palavra. – Senhor Presidente, Senhores Vereadores; atentamente ouvindo os depoimentos dos nobres vereadores, eu tenho também, aqui uma matéria do Jornal Hoje, que fala sobre o orçamento dos fundos municipais, é, durante o exercício de 2013. E estes fundos municipais aqui, mostram que a Secretaria de Assistência Social de Direitos da Criança e Adolescente tinha uma previsão orçamentária de 2 milhões, 594 mil e foi empenhado um 1 milhão e 300 mil; então houve uma sobra da Secretaria de Assistência Social dos Direitos da Criança e Adolescente entorno de 1 milhão e duzentos, que houve esta sobra. Também, da Assistência ao Idoso 553 milhões eram o previstos e foi apenas empenhado 473 mil, é, portanto também, uma sobra aqui de quase 200 mil. A somatória aqui seria, quase 1 milhão e 400 de sobra que houve do ano de 2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social. Portanto, eu estou vendo que existe fundo sobrando dentro da Secretaria para atendimento a estas famílias. Se não foi empregado, por que é que não foi empregado esta verba? Não tinha o dinheiro com certeza, se foi feito e colocado no orçamento é porque existia a previsão; existia o, o, a disponibilidade do dinheiro para o empenho; portanto eu quero dizer que sou favorável ao projeto e eu acho que o município não tem nenhuma dificuldade em manter um projeto desta qualidade (-me concede, um aparte, vereador) em benefício da nossa população. Pois não, vereador. - Vereador Rui Capelão, fui presidente do Conselho Municipal da Assistência Social por cinco mandatos. Dinheiro é verba carimbada, são transferências específicas não tem como utilizar para outra situação. Então por isto, se não foi gastado ele tem que ser reprogramado, aprovado pelo respectivo Conselho ou da Criança, ou da Assistência ou do Idoso para ser aprovado. Só o Conselho Municipal tem autonomia pra dizer onde é que vai ser reprogramado até porque nós estamos tratando das fraldas, que é a saúde, e este dinheiro é específico dos fundos municipais para função específica. Obrigado, vereador! – Obrigado pela contribuição. Na realidade nós observamos é pelas colocações do vereador Vanderlei que para este ano já a previsão orçamentária da do Orçamento aqui de Assistência Social ao Idoso foi feito bem abaixo já a previsão orçamentária; de 553 do ano de 2013 para 2014 colocaram 409, então, porque que certamente que houve isto, porque houve uma sobra orçamentária do ano anterior que está sendo transferido este ano. Não havia necessidade de um orçamento maior; portanto eu sou favorável, porque acredito que o município tem fundo suficiente para manter o programa e é só apertar que as coisas atendem as necessidades mais prementes da nossa população. Obrigado!- Peço a palavra, Presidente. – Com a palavra, o vereador Paulo Porto. – Bom dia a todos, bom dia a mesa diretora, bom dia aos nobres vereadores, somente desta forma para me colocarem a direita pro lado de cá

do plenário. Bom! Eu queria iniciar destacando a presença da Loraine Alcantara, que se encontra nesta sala, e foi fundamental para a construção deste projeto do meu gabinete em conjunto com o gabinete do Pedro Martendal. Então, você tem todos os méritos deste projeto, também. Eu queria iniciar contando uma história que aconteceu há 8 anos atrás, no tempo em que o programa do J. Oliveira ainda era mais a esquerda e eu era sempre convidado, hoje você não convida mais. E nós estávamos no seu programa, e eu gosto muito de ir lá porque é um programa que tem uma audiência qualificadíssima; porque é um programa que a classe trabalhadora ouve. E quando eu queria, como Secretário de Assuntos Comunitários, falar com a região norte eu ia no teu programa, você lembra bem disto; e continua com a mesma qualidade e audiência. E neste dia eu fui no seu programa dar um recado em relação a um determinado assunto da secretaria e uma senhora apareceu no seu programa, uma doméstica, se eu não me engano, trabalhadora de Sede Alvorada, com o seguinte pedido: ela foi lá porque ela necessitava de fraldas descartáveis e não tinha como comprar. Ela foi no Programa do J. , porque o programa do J também serve para isto, para as pessoas pedirem coisas. E na época eu me surpreendi, porque eu entendia que era obrigação do Estado e não era obrigação do Estado. Eu lembro que como secretário conseguimos arrumar 2 pacotes de fraldas, que seja, porém o papel do legislador seja vereador, seja deputado, o que for não é fazer favor. Não é fazer favor em troca de apoio político. Tem deputado inclusive, que de forma imoral oferece cadeiras de rodas em troca de apoio político. Tem vereador que de forma imoral de oferece favores em troca de apoio político; favores que teriam que ser direito da população. O papel do legislador não é fazer favor pro seu eleitor. O papel do legislador é criar leis pra que ninguém, nunca mais, peça favor pra nenhum legislador. E o que é privilégio torne direito, numa sociedade classista como a nossa; onde o pobre é muito pobre e o rico é muito rico, e o Brasil tem se eu não me engano, a 3ª distância social entre o rico mais rico e o pobre mais pobre e nós temos muitos privilégios e poucos direitos; como por exemplo direito a fralda descartável que é algo básico, que é algo que teria que ser natural de qualquer Estado. Então, qual que é o papel de um Estado que tem por objetivo diminuir a desigualdade social; transformar o que tem sido historicamente privilégio em direito garantido; somente desta forma, somente desta forma podemos garantir que ninguém nunca mais vá no Programa do J. para pedir coisas básicas, coisas que são direitos como por exemplo, fraldas descartáveis para os seus entes queridos. Então, este projeto vai nesta linha é um projeto que tenta minimizar a desigualdade social e criar um Estado onde ele possa garantir o que historicamente tem sido um privilégio de poucos, vincados pela questão social, pela lógica de classes. Que num Estado classista como nosso, a condição sócio-econômica permite privilégios, o que teria que ser direitos. Claro que quando a gente avança, nós temos algumas dificuldades e, vem de onde a gente menos espera, por exemplo, nesta semana me surpreendeu uma entrevista daquele compositor Zé Ramalho, que eu gosto particularmente, na Folha de São Paulo, incomodado porque: afirmava que os aeroportos estão mais parecidos com rodoviárias e que não existe mais 1ª classe nos

voos domésticos. Eu fico muito feliz que os aeroportos pareçam rodoviárias, sinal que pessoas que nunca andaram de avião, estão andando de avião. Que bom! Agora, isto é devido ao aumento de renda da população brasileira. Agora, enquanto não aumenta a renda de todo mundo o Estado tem que garantir direitos básicos, como por exemplo: acesso a fralda descartável; porque isto dá dignidade humana, dá qualidade de vida e, nós não podemos abrir mão de qualidade de vida. Então, devido a isto peço voto favorável dos nobres vereadores no sentido de ao aprovar este projeto, ainda que de maneira amena, ainda que de maneira limitada, ainda que de maneira precária, se garanta algo que tem que ser direito, mas historicamente ainda tem sido privilégio: acesso a saúde, a qualidade de vida e humanização, por isto eu fico muito feliz de compartilhar este projeto com vereador Pedro Martendal, porque nós entendemos e caminhamos neste sentido, por isto esta união de esforços: Partido Comunista e o PSDB, que historicamente tem sido adversários políticos, mas que neste momento estão irmanados no sentido de garantir este direito que, infelizmente tem sido privilégio. Cedido aparte, ao vereador Pedro Martendal. (Som para o vereador Pedro Martendal).

– Alô! Obrigado vereador Paulo Porto. Vereador Luiz Frare, com todo o respeito e carinho que eu tenho pelo seu desempenho e sempre muito preciso nas suas colocações, mas eu tenho informações, por exemplo, é, o senhor é, mencionou a questão do PAID. O PAID é um programa específico que não acolhe estas pessoas; porque o PAID ele atende as pessoas que estão necessitando de atendimento médico domiciliar. Esta lei ela vai atender as pessoas que necessitam deste material, mas que não necessitam de atendimento médico; então, é um foco diferente, a própria família faz a utilização do material. Eu tenho até, nós poderíamos ter trazido algumas projeções, com dezenas de famílias de pessoas com deficientes, pessoas com deficiência, é, e também de idosos; mas não o fizemos até para não expô-los. Mas, eu tenho, está no plenário a senhora Inês Spagnolo ela tem a filha Elizabeth e, permitiu que eu, é, publicizasse o nome dela. Ela tem aí, Elizabeth com 30 anos, faz o ... (só para complementar) faz o uso das fraldas desde que nasceu e algum tempo atrás ela teve uma fratura, e aí o PAID atendeu ela, Frare. Atendeu tranquilo, só que quando resolveu e daí forneceram a fralda, quando resolveu o problema da fratura e que não eliminou o uso de fralda, simplesmente cortaram o fornecimento da fralda. Então, isto fica claro que não é o objetivo do PAID. Também, a Dona Oris, lá do XIV, ela é vizinha da dona Rosa Maria, tem aqui o telefone dela. Isto são alguns pontos pontuais, vereador Paulo Porto, e ela os vizinhos fazem vaquinha para comprar a fralda. Quanto ao Projeto mencionado pelo nobre vereador, realmente tem no item, no inciso VIII do parágrafo primeiro: mas, simplesmente fornecer fraldas descartáveis de uso geriátrico (prá encerrar), uso geriátrico e incontinência adulta, mas muito genérico, o que não acontece com o nosso projeto, que agora está delimitando como será o fornecimento. Obrigado, vereador Paulo Porto. – E concluindo, a diferença talvez, entre o nosso debate e a posição do vereador Frare, que eu respeito, é que se existe uma lei parece que este prefeito não vem cumprindo. E nós não queremos autorizar, nos queremos obrigar o

município a cumprir a lei. Não é um projeto autorizatório é obrigatório. Essa é a diferença deste projeto para o outro, por isto eu acho que nós avançamos e que nunca mais, a partir desta lei, nunca mais ninguém tenha que fazer vaquinha, nunca mais ninguém tenha que vir ao meu gabinete pedir fralda como já vieram. Não é o nosso papel, não é o meu papel fazer favor individual, o meu papel é fazer lei pra que ninguém mais tenha que fazer favor individual e, se torne direito. Muito obrigado presidente, e peço voto favorável. (Aplausos). – Senhores em votação o Projeto de Lei nº 146/2013 de autoria dos vereadores Pedro Martendal do PSDB e Paulo Porto do PCdoB que dispõe sobre o fornecimento gratuito de fraldas descartáveis para pessoas com deficiência, por votação nominal, senhor secretário, proceda por gentileza, já que há manifestações de votos em contrário, também. – Vereador Cabral (favorável), Claudio Gaitero (favorável), Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (a favor), Ganso Sem Limites (a favor), João Paulo (favorável), Sílvio José Gonçalves ( a favor), Luiz Frare (contrário), Jorge Menegatti (favorável), Nei Hamilton Haveroth (favorável), Paulo Bebber (a favor), Paulo Porto (favorável), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (a favor), Robertinho Magalhães (favorável), Romulo Quintino (a favor), Rui Capelão (a favor), Vanderlei Augusto da Silva (favorável) e Walmir Severgnini (favorável). - Com 19 votos favoráveis, Senhor Presidente, e 01 contrário, Projeto de Lei aprovado. (Aplausos). – Com 19 votos favoráveis e 01 contrário está aprovado o Projeto de Lei nº 146/2013. Projeto de Lei nº 234/2013 de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar regime tributário especial no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida instituído pela Lei Federal nº 11.977, de 07 de junho de 2009, e dá outras providências, em discussão. – Peço a palavra, senhor presidente. – Com a palavra, o vereador Rui Capelão. – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, distinta assistência, é com bastante tristeza que eu ocupo esta empresa, esta tribuna, não pela primeira vez para defender o direito das nossas populações, principalmente aquelas mais pobres, de periferia que estão sendo demolidas pelo poder público municipal. Lamentavelmente, é mais uma área, aqui, o Parque Residencial Pazinato, uma área pública, que ficou para se fazer equipamentos públicos, para se fazer CEMEI's, que não tem lá, há uma deficiência muito grande na região, pra fazer quadras esportivas para nossas crianças, para a nossa população, pra fazer centro de saúde, aquilo que for necessário para comunidade é retirado do direito da população e transferido para fazer um projeto Minha Casa Minha Vida. É que o governo federal paga o terreno para o município. Será que o município está vendendo as áreas públicas que são da comunidade? Está vendendo as áreas públicas para arrecadar o dinheiro para si depois, porque se a área é pública é da comunidade é para finalidades e equipamentos públicos e hoje está sendo colocado em cima o programa Minha Casa Minha Vida, um programa que eu admiro e que eu elogio o governo federal por este programa, né. Mas, o município não está cumprindo com a parte dele. Ele está acabando com as áreas da comunidades que tanto precisam destas áreas. Nós estamos no dia a dia juntos com a comunidade. Vai lá, limpa a área, eles esperam que é um CEMEI que está indo pra lá atender as crianças e, isto não acontece.

Na verdade quando vão ver, não, é um projeto Minha Casa Minha Vida, porque o prefeito que deveria, o poder público que deveria ter arranjado a área, comprado a área, não comprou. Esta ali no Jornal Hoje de hoje, né, tinha para o orçamento de 2013, na Secretaria de Ação Social 11 milhões para adquirir áreas públicas para a moradia, 11 milhões, está ali, né? Por que não foi usado 11 milhões e, hoje se invade as áreas públicas de nossas comunidades de bairro que tanto precisam destas áreas, né? Isto é vergonhoso. A administração pública ser tão incompetente, tão irresponsável com as nossas populações de bairro; não levar aquilo que elas precisam. Quem está lá no meio desta Comunidade, como eu estou no dia a dia está enxergando, está conversando com as comunidades, está sentindo a falta, a necessidade destas áreas, destes bens públicos, que não é feito pelo município. De repente nós caímos na desgraça em ver as nossas áreas sendo perdidas para um projeto do governo federal, que o município não foi responsável. Não gastou os 11, 13 milhões que deveria ter gastado no ano de 2013, para adquirir as áreas necessárias pro Programa Minha Casa Minha Vida. Não é só o Pazinato que está acontecendo isto aqui. Isto aqui está acontecendo em outras áreas que eu vou comentar mais tarde, também, dentro de Cascavel. Isto é uma vergonha! Né? Um desrespeito público, né, tem gente que acha que não; isto é normal. Normal nada, a população está esperando melhoria necessita destas melhorias e lamentavelmente estas melhorias não vem, não tem contrapartida. Dizer assim: não, eu estou tomando esta área de vocês, mas em troca eu vou dar esta outra área; área com tais benefícios que vocês precisam. Não existe também, esta contrapartida. O que existe na verdade é esta ingerência do poder executivo. Nós vimos agora que os sem terra invadiram 17 fazenda, ora mas fazenda é de rico. Bom, não é área de pobre, que aquela área lá é área de pobre. O pobre pagou quando comprou o terreno dele lá, pros equipamentos públicos. Isto é uma vergonha! E nós temos que refletir que a nossa sociedade tem que se colocar contrária a esta vergonha pública. –Peço a palavra, senhor presidente. – Com a palavra o vereador Claudio Gaiteiro. – Senhor Presidente, vereadores, assistência, estava aqui escutando, conforme fala o nosso líder, atentamente, o nosso colega Rui Capelão. E ele diz que mora na região e eu acho que ele não mora lá; porque ele não conhece aquela região. A fala do nobre vereador, podemos classificá-la em duas partes. A primeira aqui, este anteprojeto 234 do Poder Executivo ele está instituindo o regime jurídico, ou seja, durante a permanência das obras serão cobrados IPTU, ISS e também o ITBI, apenas R\$ 1,00 a unidade. Essa é uma fala, senhor Rui. A outra, o senhor fala que o município está liberando área sua que seria construído equipamentos. Eu tenho aqui, o mapa daquela região, que o senhor mora bem pertinho desta região aqui. Aqui existe aproximadamente umas 3 quadras disponível, que fica ali onde tem o Centro Poliesportivo Carolina Ferla, né, fica umas duas, três quadras deste Pazinato, aonde existe uma área enorme ali, que vai ser construído inclusive, está sendo projetado para construir um CRAS aqui. Então, o município tem uma área enorme ali próximo, então o senhor fique tranquilo, se precisar CEMEI, colégios, postos de saúde, nesta região tem uma área tranquila. A outra parte

que o senhor falou, que o Poder Público é irresponsável porque vai causar uma desgraça naquela população. Aí eu lhe pergunto: uma pessoa que ganha ou se habilita a comprar uma casa, porque isto aqui já está em fase já de financiamento, o senhor acha que a pessoa que se habilita em ter uma casa, Sílvio Gonçalves, é uma desgraça para a pessoa? Isto significa uma desgraça para uma pessoa que recebe uma chave dum imóvel pra entrar na na sua residência? – (O senhor, me dá um aparte, vereador?). No final se der tempo, vereador. Então, eu eu digo o seguinte: nós, precisamos conhecer pra começo de conversa, esta área aqui já foi desafetada, está em nome da COHAVEL, a COHAVEL esta passando para o FAR que é o Fundo de Habitação Residencial, um grande programa da Caixa Econômica Federal, aonde o proprietário de imóvel paga em regime de arrendamento por um período. Após este período ele passa então, a ter o imóvel em seu nome. Então, oh! nobre vereador, Rui Capelão, aqui nesta área, que depois eu posso lhe emprestar o mapa, é, realmente tem uma área muito grande ali. Se o nosso executivo, prefeito municipal, que é tão sensível nesta área da habitação em Cascavel fará aí, tiver necessidade, construirá estas casas lá. E nós sabemos também, que o senhor é totalmente contrário aquelas habitações que vão ser construídas lá, na região norte. Realmente é, eu lamento, né, ter que falar isto estava aqui relutando pra ver se eu ia falar ou não, mas infelizmente eu tive que falar estas palavras, em função de que eu não aguento ficar aqui ouvindo tantas asneiras, sim, uma pessoa que mora na região que podia muito bem dar uma chegadinha ali, dá umas duas quadras da sua casa, dá uma olhadinha a área que tem aqui, lá no no Jardim Colonial. Então, seria isto senhor Presidente, muito obrigado. (Peço a palavra, senhor Presidente) – Questão de ordem, senhor Presidente. – Pois não, vereador. – O Anteprojeto de Lei nº 234 está falando sobre criar regime tributário especial não está falando sobre área pública se vai se destinada para isto ou para aquilo, pra utilidade pública ou não, está falando sobre regime tributário; vejo que a discussão está tomando um outro caminho, peço que o senhor considere esta intervenção. – Quero antes de passar a palavra para o vereador Sílvio Gonçalves cumprimentar o nosso Coordenador Regional do governador do Estado do Paraná Beto Richa, o Sérgio Terres que nos honra com a presença nesta manhã. O vereador Gugu Bueno diz aqui assim, que tem um respeito, um carinho muito grande pelo senhor, viu senhor Sérgio Terres, e pediu para que o cumprimente, também. O senhor está meio bravo com ele, pode estar tranquilo. – Com a palavra, o vereador Sílvio Gonçalves. – Senhor Presidente, nobres pares, assistência, eu vejo o seguinte: a questão tributária e a questão que levou a este início de discussão. A questão das áreas públicas nós temos que ser discutidas, mas eu não vejo que é o momento. Não é nem tanto ao mar e nem tanto ao rochedo. Nós temos que fazer uma discussão séria sobre isto, principalmente quando vão se aprovar os loteamentos, que não é só de área que a população precisa, ela precisa dos equipamentos prontos; então é isto que nós temos que fazer uma análise. E também, nós não temos que ver que a área é daquela comunidade, pagou pela aquela comunidade, a comunidade pagou, a área é do município e se o município oferece uma outra estrutura próximo, eu acho que é viável

porque nós não podemos querer ter posto de saúde, creche na porta da casa, sem infraestrutura, sem nada. Nós precisamos ter com equipamentos: centros de saúde, centros poliesportivos, coisas que são e habitação, também é uma prioridade pública; é o direito principal. Mas, vindo aqui, na questão do projeto de lei, eu vejo, aqui é específico para esta área, para este loteamento. Então todo loteamento tem que ter uma contrapartida financeira, sim do município. Eu vejo que a única contrapartida nestes projetos que o município está cedendo é os impostos. Eu falo isto, porque quando nós fizemos o Sanga Funda, apesar do poder público usar em época de eleição, o atual prefeito dizendo que foi ele quem fez, não o fez nada nisso a não ser a isenção destes impostos e, depois estava cobrando que eu tive que entrar na Justiça. O Frare era Secretário de Finanças, teve que dar um parecer dizendo que tinha sido um engano a cobrança do IPTU, no período da construção do Sanga Funda. Certo? Então eu vejo que é, né, uma contrapartida do município para que viabilize sim, a casa própria. Neste projeto sou favorável (me dá um aparte, vereador) e estou aí, e hoje é a minha última sessão e quero convocar os nobres pares para que façam uma discussão séria sobre o quê que é área de utilidade pública, o que é interesse social e toda uma discussão, para que nós não ficamos as vezes atingindo a população, ficando no meio, porque o discurso da casa própria é fácil; como estão fazendo, nobre vereador Claudio Gaiteiro. A questão das 2.000 casas é discurso fácil. Ah! o povo está precisando. Da mesma coisa, Rui Capelão é um discurso fácil dizer que estão pegando as áreas da população das regiões, mas não é este o discurso que nós temos que fazer. Nós temos que fazer o discurso de ver qual é realmente a necessidade. O erro que está, é que não se discute com a comunidade os projetos que levam prá lá. É esta a discussão, é este o debate, nobres vereadores, que nós temos que fazer e; não ficar aí no discursinho fácil de área da comunidade, a casa própria. Isto todo mundo é ciente, todo mundo é consciente disto. Nós temos que ver realmente a necessidade desta comunidade e ir pro debate com a comunidade; não ter medo do debate com a comunidade. E o que a gente vê nisto, que é este o medo. Nós fizemos lá na região norte, 6ª feira, né presidente? Chamamos a comunidade, Rui. O Rui estava presente, o presidente, o vereador é, estávamos lá presente; vou ser sincero, Rui, foi convocado, foi chamado no rádio, a igreja, o padre chamou também, estava parceiro nisto; foi meia dúzia, a comunidade não foi. Aí nós temos que ver até onde a comunidade tem responsabilidade do compromisso. Nós não fugimos do debate com a comunidade. Nós fomos lá ouvir a comunidade, para nós podermos estar nos posicionando aqui; porque nós não somos os senhores da verdade. Não é porque nós estamos aqui; nós temos que representar o voto que recebemos; mas temos que ouvir a comunidade. Nós não somos os senhores da verdade, nós não estamos aqui, porque estamos aqui 21 sentados nesta tribuna, achando que nós somos donos. A lei tem que sair como foi esta da fralda, que veio da comunidade para nós vereadores, né? E não sair de dentro do ar condicionado dos gabinetes, né, de goela abaixo prá comunidade. Então, eu vejo neste sentido que é isto que nós temos que fazer, Presidente – Em votação, o Projeto de Lei nº 234 de 2013, de

autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal a criar regime tributário especial no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – instituído pela Lei Federal nº 11.977, de 07 de junho de 2009, e dá outras providências, em votação nominal, proceda senhor Secretário: Vereador Cabral (a favor), Claudio Gaitero (favorável), Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (a favor), Ganso Sem Limites (a favor), João Paulo (favorável), Sílvio José Gonçalves ( a favor), Luiz Frare (favorável), Jorge Menegatti (favorável), Nei Hamilton Haveroth (favorável), Paulo Bebber (a favor), Paulo Porto (favorável), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (a favor), Robertinho Magalhães (favorável), Romulo Quintino (a favor), Rui Capelão (contra), Vanderlei Augusto da Silva (favorável) e Walmir Severgnini (favorável).- Por 19 votos favoráveis, senhor Presidente e apenas 01 contrário; Projeto de Lei aprovado. - Por 19 votos favoráveis e 01 contrário está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 234 de 2013. Projeto de Lei nº 235 de 2013 de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a desafetação, permuta e doação de imóveis ao Instituto Federal do Paraná – do Município de Cascavel, em discussão – Peça a palavra. - Com a palavra, o vereador Rui Capelão. – Senhor Presidente, senhores Vereadores, distinta assistência, esta Casa aqui tem o costume de fazer, às vezes, as coisas erradas e querer justificar, posteriormente o seu erro, o que não deve; deve-se corrigir o erro lá atrás. Eu quando erro, procuro a me corrigir e eu acho que todos tem que ter esta sensibilidade, de corrigir, né. Este projeto que nós vamos falar agora, também sobre uma desafetação, de área pública, né. Este aqui graças a Deus, acredito que não existe o dedo do vereador Claudio Gaitero, porque o Lago Pazinato ele trabalhava na Cohavel e foi o dedo dele lá, que fez a desafetação da área para este fim, né? Então, é irresponsabilidade, muitas vezes na função pública porque não olha a necessidade da comunidade e depois quer justificar o seu erro. Isto é lamentável! E hoje nós estamos vendo aqui, já um outro projeto do Instituto Federal, participei muito da discussão do Instituto Federal lá com a ACIC norte que é lá no meu prédio no Clarito, né, falando sobre o Instituto Federal e defendendo o Padovani. É, o Deputado Padovani, é o maior defensor do Instituto Federal porque é em cima do Loteamento dele. E eu fiz campanha para o Padovani para trazer o Instituto Federal para aquela região. Então fui um dos batalhadores, claro, tem gente aí que vai falar que eu sou contra o Instituto Federal como falaram que eu sou contra a Minha Casa Minha Vida. Eu queria que fizesse 20.000 casas pra pobreza e desse de graça e não cobrasse. Agora, não façam injustiça porque Cascavel cresce e a forma que Cascavel está crescendo precisa ter áreas públicas disponível para novos equipamentos que virão, posteriormente. Vai ver aquela merda daquele nosso Posto de Saúde do Floresta lá, visitem por favor. (Questão de ordem, Presidente. Esta é uma Casa de respeito). Vai ver é, a sala do dentista, é, que é outra porcaria, também, e nós não temos áreas,é, é, para atendermos com dignidade a nossa população (Concede um aparte, vereador ) e não tem investimento público neste sentido, né, Agora vocês se irritam certamente, quando a gente diz a verdade, se irritam (Eu gostaria de um aparte, vereador). É a realidade! Pois não, vereador. – Só

gostaria de convidá-lo, a vossa excelência, 3ª feira, convoquei o Secretário, juntamente com os membros da CPI pra gente ir lá ver. – Obrigado, vereador, por sua contribuição, já está convidado, depois nós falamos mais sobre o que senhor está colocando, tá?. É, gostaria de dizer que o Prefeito Municipal foi lá no meu prédio lá, lá no Clarito, na ACIC prometeu a área necessária para o Instituto Federal prometeu tudo, tava tudo certinho as áreas, o que é que está fazendo agora? Tirando as áreas de utilidade pública daquele povo que comprou o lote, né, daquele povo que comprou o lote lá, ta tirando as áreas de utilidade pública daquele povo pra passar para o Instituto Federal porque não está cumprindo com o que fez lá trás. Não está cumprindo o que fez lá trás. Os senhores não participaram, mas talvez vão dizer que participaram, agora, das negociações que sabem de tudo e que não foi assim como eu estou dizendo, mas isto é a realidade! Tem as testemunhas lá, que podem falar que, tem aqui também, o diretor do Instituto Federal que sabe como é que corriam as coisas naquele caminho; portanto eu acho que hoje nós temos que dizer a verdade; temos que defender o que é da população. Você vai lá e compra um lote e você quer ter sua área lá pros teus benefícios, prá tua família, prá tua família, eu defendo isto! Agora, tem gente aqui que não defende e diz que é do povo, né. Diz que é do povo. Isto é uma vergonha! Sou contrário a transferência destas áreas para o Instituto Federal que é responsabilidade do poder público, do prefeito que prometeu e não está cumprindo, infelizmente. Obrigado. – Senhores em votação o Projeto de Lei nº 235/2013 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre a desafetação, permuta e doação de imóveis ao Instituto Federal do Paraná – do Município de Cascavel, por votação nominal, proceda senhor Secretário: -Vereador Cabral ( favorável), Claudio Gaiteiro (favorável), Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (a favor), Ganso Sem Limites (a favor), João Paulo (favorável), Sílvio José Gonçalves ( a favor), Luiz Frare (favorável), Jorge Menegatti (a favor), Nei Hamilton Haveroth (favorável), Paulo Bebber (a favor), Paulo Porto (favorável), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (a favor), Robertinho Magalhães (favorável), Romulo Quintino (a favor), Rui Capelão (em defesa dos compradores de lote lá do Jardim, sou contrário), Vanderlei Augusto da Silva (favorável) e Walmir Severgnini (favorável). Por 19 votos favoráveis e apenas 01 contrário, Projeto de Lei aprovado. - Com 19 votos favoráveis e 01 contrário está aprovado o projeto de Lei nº 235/2013, em 1ª votação. Projeto de Lei nº 97 de autoria do vereador Jorge Bocasanta que foi aprovado nesta Casa, que dispõe das condições de acessibilidade de mobiliário escolar inclusivo e equipamentos adequados para estudantes com deficiência física na rede municipal de ensino de Cascavel e dá outras providências, foi vetado totalmente; em discussão o veto. (A palavra) – Com a palavra, o vereador Luiz Frare. –Senhor Presidente, Senhores Vereadores, plateia, eu vou ler apenas um trecho das razões do veto e depois discorrer sobre o mesmo. É importante esclarecer que o mobiliário, mobiliário adaptado para pessoas com necessidades especiais já é contemplado em nosso município, sendo que estes são encaminhados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o FNDE. Ademais, também é importante lembrar que o município de Cascavel é cadastrado no

sistema integrado de monitoramento e execução e controle, através do plano de ações articuladas- PAR recebendo o mobiliário para número de crianças com necessidades especiais sem nenhum custo para a municipalidade, já atendendo a totalidade dos alunos nestas condições. No que tange aos demais estabelecimentos de ensino, estes devem obediência, já Aos dispostos em leis Federais, tais como: Lei 10.090 de 2000 e Decreto 5296/2004, os quais já dispõem do tema proposto no referido projeto de lei. Portanto quando a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento exarou parecer contrário ao Projeto de Lei do ilustre vereador Jorge Bocasanta nós os fizemos, através da nossa Comissão, o parecer foi feito embasado em na constitucionalidade ou não do referido projeto. Portanto o projeto tanto agora, passado o tempo, veio o veto total por quê? Porque já é um projeto de um programa, que já está sendo executado nas escolas municipais, e quanto aos estabelecimentos particulares, estes devem obedecer as leis e os decretos que eu já mencionei. Era isto. – Peço a palavra, senhor Presidente. – Com a palavra o vereador Rui Capelão. – Eu, estive atentamente lendo o projeto, votei nele, favorável do vereador Bocasanta. Lamentavelmente, não está presente hoje, na sessão ainda, mas fica muito boa intenção do vereador Bocasanta ao projeto de lei que ele, é, encaminhou a esta Casa para ser votado. O que sabemos na realidade é que tem muitas coisas nesta Casa que não passa. Quando nós fizemos um projeto aqui de acessibilidade aos deficientes, as academias, não passou. Não! Não passou! O projeto não passou acessibilidade academia para as pessoas deficientes, pessoas deficientes, este projeto não passou, lamentavelmente. É, este do vereador Bocasanta é um projeto que realmente existe algumas orientações e algumas outras leis que define isto aqui; mas ele está regulamentando uma coisa municipal e nós temos que ter coisa municipal, porque esta Casa não fiscaliza aquilo que é federal, não fiscaliza aquilo que é estadual. Nós temos que fiscalizar a lei municipal para serem cumpridas, então o vereador Jorge Bocasanta está muito bem colocado em fazer uma lei mesmo que, essa lei seja aproximada as leis federal ou estadual pedindo, né, estas melhorias nas escolas públicas, nas escolas públicas. Agora, porque é do vereador Jorge Bocasanta do PT, né, é é politicamente não é da base do governo; daí sim, daí é vetado, não presta o projeto, tem uma série de coisas que são criticadas. Nós temos que ser coerentes. Temos que votar por aquilo que é correto, procurar o que é melhor para nossa população, portanto eu sou totalmente contrário a este veto. Obrigado! - Peço a palavra, senhor Presidente. – Com a palavra o vereador Sílvio Gonçalves. – Agradeço ao Rui Capelão por estar defendendo o projeto do nosso nobre vereador, do qual ocupo a cadeira hoje, pelo último dia, Jorge Bocasanta. Eu fui fazer uns levantamentos, umas pesquisas sobre o projeto e sobre a questão do mobiliário e, realmente tem o projeto de lei federal, né, que vem recurso federal para que compre-se os mobiliários; e realmente nas escolas têm. Mas, aí eu tenho que concordar com o Rui Capelão, porque muitas coisas que são leis estaduais ou federais não cabe a esta Casa fiscalizar, ou cabe a ela fiscalizar, mas a justificativa muitas vezes do Poder Público Executivo por não fazer ou não estar dando aquilo é porque não tem a lei, não é competência, não veio o recurso, isto e aquilo outro.

Esta lei eu vejo que só vem reforçar o que já está acontecendo. Então, eu vejo já, explanando o meu voto contrário ao veto, né, por entender que a lei só vem reforçar o direito do estudante do portador de deficiência. – Peço a palavra, senhor Presidente. – Com a palavra, o vereador Nei Haveroth. - Senhor Presidente, nobres vereadores, assistência, é, na verdade a discussão, como antes em outros projetos tem que ver muito mais a eficiência das políticas públicas ou a ação da política pública que a lei determina ser feita. Eu quero colocar o mandato deste vereador por conhecer alguns casos particulares e problemas neste sentido, que realmente a política pública na hora do atendimento ela é deficitária. Então, quando eu tiver conhecimento que algum caso, neste sentido não tiver sendo atendido, principalmente pelo Poder Público ou seja por uma escola particular, eu vou deixar o meu mandato e vou ser a favor do veto. Mas, a disposição de alguém trazer nós vamos fazer um requerimento e vamos cobrar ação eficaz de uma política pública, neste sentido. Porque se existe a lei federal é pra ser cumprida e eu acho que é papel nosso e não é porque é lei federal ou estadual que nós não podemos estar fiscalizando. Então, se ocorrer algum fato neste sentido, nós vamos estar cobrando rigorosamente o cumprimento e o atendimento das pessoas que necessitam desta situação, a que se refere este projeto. É o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado! - Senhores, em votação o veto total ao projeto de Lei nº 97/2013, projeto este de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT que dispõe das condições de acessibilidade de mobiliário escolar inclusivo e equipamentos adequados para estudantes com deficiência física na rede municipal de ensino de Cascavel e dá outras providências por votação nominal, por favor proceda senhor Secretário: Vereador Cabral (a favor), Claudio Gaitero (favorável), Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (a favor), Ganso Sem Limites (a favor), João Paulo (contrário), Sílvio José Gonçalves ( contrário), Luiz Frare (favorável), Jorge Menegatti (contrário), Nei Hamilton Haveroth (favorável), Paulo Bebber (a favor), Paulo Porto (contrário), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (a favor), Robertinho Magalhães (a favor), Romulo Quintino (a favor), Rui Capelão (contrário), Vanderlei Augusto da Silva (contrário) e Walmir Severgnini (contrário). Com 13 votos favoráveis, senhor Presidente, e 07 contrários, veto mantido - Com 13 votos favoráveis e 07 contrários está mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 97/2013. O Projeto de Lei nº 191/2013 de autoria do vereador Paulo Porto que denomina de Professor Alfredo Roberto de Carvalho, um bem público municipal e dá outras providências, também teve, também foi vetado pelo Prefeito Municipal, em discussão o veto. – Peço a palavra, Presidente – Com a palavra, o vereador Paulo Porto. – Este Projeto de Lei é um projeto simples que indica nominar como Professor Alfredo Roberto de Carvalho, que é chamado o famoso Alfredo Cego, vocês lembram que o plenário quase que lotou pelo pessoal da ACADEF, um bem público. Porém, por erro desta Casa não deste gabinete ou deste mandato, mas um erro técnico desta Casa, o veto acabou se concretizando. Eu sei que é um veto técnico, não é um veto político, por isto eu não defenderei aqui a derrubada do veto (um aparte, vereador) Por favor, Gugu. – Vereador, quero na condição de líder do governo, assumir

um compromisso público com vossa excelência. De fato, este veto nada de político tem, é um veto único e puramente técnico; uma questão de obrigação legal, o prefeito teve que vetar este projeto e acredito que nós também, enquanto vereadores temos que ter esta responsabilidade de entender que embora, a homenagem seja mais do que justa; nós estamos atrelado aos ditames da lei; somos obrigados a acatar este veto. Mas, fica aqui o compromisso por parte do governo e do executivo em colaborarmos com vossa excelência para que o mais rápido possível espaço de tempo, a gente possa protocolar um novo projeto, refazendo esta homenagem que tenho certeza, que este projeto será sancionado assim que possível, pelo Prefeito Municipal. – Vereador Gugu, obrigado pelo aparte, não tenho dúvidas; por isto eu gostaria de pedir, existe uma possibilidade regimental do projeto ser reapresentado no mesmo ano legislativo, desde que tenha 11 assinaturas. Então, gostaria do compromisso, o compromisso da base do governo, como diz o vereadores de assinar este projeto, que foi um erro da Casa. Não foi erro do meu mandato e não vou (vereador, só uma questão de ordem)- Só uma questão de ordem - Oi – Só uma questão de ordem , na verdade, o Projeto ele foi apresentado em 2013, portanto estamos em um outro ano, não há necessidade da coleta das assinaturas. O senhor sozinho, pode novamente apresentar o projeto- Ótimo, então fica o convite de quem quiser assinar o projeto, vai ser um projeto coletivo, e eu gostaria do compromisso, que eu já tenho inclusive, do vereador Gugu e de todos os vereadores de aprovar em regime de urgência este projeto, porque já foi aprovado, já teve debates na Casa, já teve homenagens e eu sei que o erro foi um erro desta Casa e não tem como eu argumentar tecnicamente para a derrubada do veto. Eu reconheço quando o veto é político e quando o veto é técnico. E neste caso o veto foi técnico e eu me sinto de mãos atadas, no sentido de lutar contra a derrubada do veto. Então, eu gostaria do compromisso do plenário, destes vereadores, de em regime de urgência aprovar este projeto que é uma homenagem mais do que justa, para que ela seja concretizada porque o quanto antes a homenagem ao Alfredo, Professor Alfredo cego que tanto fez pela ACADEFI e pelos cegos de Cascavel. Então, fica este compromisso junto aos vereadores e neste caso devido a isto, não irei me opor ao veto porque eu entendo que é um veto tecnicamente legalmente garantido, ou seja, não tem como discutir politicamente. Muito obrigado, presidente, conto com o apoio dos nobres vereadores para aprovar em regime de urgência este novo projeto de mesmo teor. Muito obrigado. Senhores, em votação o veto total ao Projeto de Lei nº 191/2013, projeto este de autoria do vereador Paulo Porto que denomina de Professor Alfredo Roberto de Carvalho, um bem público municipal e dá outras providências, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Vereador Rui, está em votação o veto total ao Projeto de Lei nº 191/2013, do vereador Paulo Porto o senhor é favorável ou contrário?- Olha, se for por questão técnica que foi mantido o veto eu sou favorável. – Então, pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado, mantido, o veto total ao Projeto de Lei nº 191/2013, finalizando assim, a matéria da ordem do dia, deixo a palavra livre, em tempo, uma retífica, é, não de praxe nós

deliberarmos requerimentos, indicações na primeira sessão da semana, são sempre na segunda, mas a pedido do vereador Sílvio, que está na sua última sessão neste dia e, portanto a presença dele é indispensável para deliberação de requerimento, nós deferimos que os requerimentos 37, 36 de autoria daquele vereador estivesse na votação no dia de hoje. Quero consultar os senhores vereadores, se há consenso na aprovação dos mesmos e se houver, (não sei se o vereador Sílvio quer se manifestar), senão nós vamos votar os requerimentos já que há consenso na aprovação dos mesmos. Então, requerimento nº 35 / 2014 é de autoria do vereador Sílvio Gonçalves do PT, e requer informações a respeito da existência ou não de projeto de calçadas na área que especifica. O requerimento nº 37/2014, também de autoria do vereador Sílvio Gonçalves do PT, requer informações a respeito da licitação e contrato das empresas responsáveis pela instalação e manutenção dos semáforos na cidade de Cascavel. Como há consenso na deliberação, na aprovação, eu coloco protocolarmente em votação os requerimentos nº 36 e nº 37, os vereadores que forem favoráveis que permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. (Mais uma vez, aguardamos a presença do vereador Rui Capelão para votação). Senhores, com a totalidades dos senhores vereadores agora, coloco em votação os requerimentos nº 36 e nº 37 os vereadores que forem favoráveis que permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem; pela totalidade dos senhores vereadores estão aprovados os requerimentos nº 36 e nº 37/2014, finalizando assim, agora sim, a matéria da ordem do dia, eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público, e a primeira inscrição é do vereador Gugu Bueno, tá com a palavra. – Presidente (oi) (som), Presidente eu antes de usar a tribuna nesta manhã, quero desde já pedir as minhas desculpas a vossa excelência e demais nobres vereadores, se hoje eu cometer aqui, algum tipo de abuso ou algum tipo de exagero; porque na verdade nada mais será do que um desabafo. Mesmo porque vou falar de algo que tem mexido muito comigo, até porque tenho dedicado a minha vida nesta causa, nestes últimos 8 meses que é a saúde pública em Cascavel; ou talvez, pudéssemos nós falarmos né, vereador João Paulo e vereador Jaime Vasatta, o sofrimento da nossa gente. Falo isto, presidente, motivado que fui, por declarações do Chefe da 10ª Regional, Dr. Miroslau Bailak, que na semana passada antes do Carnaval veio a público e fez uma ameaça a esta Comissão. Ameaçando, senhores vereadores de um possível processo judicial. Ele que já tem feito isto nos bastidores de Cascavel, ameaças veladas, tentando desacreditar o trabalho desta comissão. Afirmando que esta Comissão busca apenas barulho e holofote, mas desta vez ele veio a público e assumiu as suas declarações. E ouvindo atentamente o Dr. Miroslau cheguei a pensar, será que estaríamos nós de fato pegando pesado com esta gente? Será que estamos inventando fatos, para buscar holofotes? Pensando nisto, presidente, venho a esta tribuna hoje, para fazer uma reflexão em público, para que a gente possa achar estas respostas. Fomos nós, vereadores, que inventamos nesta Casa que não faltava leitos em Cascavel? Fomos nós que inventamos que o problema aí, era a falta de AIH, depois o problema era a falta

de leito qualificado? Depois o problema na saúde de Cascavel era a falta de bafômetro, no nosso município? Depois o problema era que a nossa população não sabia usar o Sistema de Saúde Público? Fomos nós que inventamos o caso do doutor que batia o cartão-ponto e ia trabalhar na sua clínica particular? Se ele, Dr. Miroslau acha esta uma conduta louvável, uma conduta correta que faça isto na sua clínica particular. Permita que a sua zeladora bata o ponto e vá trabalhar em outra clínica. Será que fomos nós que inventamos as filas de madrugada nas nossas UBS? Será que fomos nós que inventamos que temos uma demanda reprimida de 40.000 consultas com especialistas em Cascavel? 40.000 consultas? Será que fomos nós que inventamos o fato do Senhor Orlando, aquele senhor de 84 anos que se cortou com estilete? Aí vem ele, o doutor soberano, afirmando querendo desqualificar o senhor Orlando, falando que não foi uma cirurgia de hérnia o que o Sr. Orlando fez. Oh! cara pálida!, pouco me importa que cirurgia que foi, se foi a “a” ou foi a “b”; pouco me importa imaginar o desespero do cidadão, vereador Pedro Martendal, a que ponto chega para ele ter que se cortar com estilete para aliviar a dor. Isto é o retrato mais do que perfeito da nossa saúde pública. Inclusive, fato este, ontem falado no Senado Federal pela senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul que citou a CPI da Saúde de Cascavel. Será que fomos nós, senhores vereadores que inventamos quase 5.000 pessoas esperando uma cirurgia em Cascavel? 5.000 pessoas, atentai bem. Se ele, Dr. Miroslau é um homem abnegado pela sorte e que não tem no seu círculo próximo ninguém que tenha um sofrimento destes, isto não lhe dá o direito de desdenhar do nosso trabalhador. Imagine, vereador Jaime Vasatta, como fica um vereador que está numa cama com problema no ombro, por exemplo há 2, 3 anos, sem poder trabalhar, e assistir num programa de TV, ver o chefe da 10ª Regional, falar que está tudo bem, que está tudo uma maravilha, que Cascavel está melhor que Maringá, que Cascavel está melhor que Curitiba e Região Metropolitana. Fomos nós que inventamos as 165 mortes nas UPA's em 2013? Se compararmos com 2012 um aumento de 65%, 65% de um ano para outro, gente! Aonde que nós vamos parar? Como é que nós vamos terminar o 2014? Este aumento de um ano para o outro só se justificaria se Cascavel tivesse vivendo uma guerra civil, ou ainda, se tivéssemos sido acometidos por uma doença como a peste negra, que assolou a Europa no século XIV, mas ao que me consta, vereador Romulo, pela graça de Deus, nenhuma destas tragédias assolou Cascavel neste último ano. Este aumento de 65% nas mortes de um ano para o outro, só se justificaria não por falta de dinheiro, porque o governo do Estado injeta quase 12 milhões de reais na nossa 10ª Regional por mês. Isto se justifica por incompetência, por falta de gerenciamento, por falta de responsabilidade para com a vida. Se a vida para esta gente é apenas um número na estatística; prá mim a vida é algo que não tem valor que a gente possa quantificar a sua importância. E são estas as reflexões que faço. Aí vai vem ele, aquele o deus soberano que tem o direito de escolher quem vive e quem morre, nos afirmar que a morte é inevitável. Ele fez ali, sentado naquela cadeira, olhando para nós. A morte é inevitável quando tudo que era possível fazer para evitá-la é feito. Coisa que não ocorre quando uma pessoa morre na UPA. A

UPA não feito para ninguém ficar internado 2, 3, 10 dias, muito menos para alguém morrer. Imaginemos a dor de uma família que perde um ente querido na UPA. Além da dor da separação, fica a revolta, fica o sentimento de angústia, porque fica aquela sensação que algo podia ter sido feito e não foi. E esta é uma ferida que se abre e que não se fecha mais. Poderia aqui, o tempo não me permite, falar muito mais, mas deixo aqui o meu desafio ao Dr, Miroslau que venha a público e desminta estes fatos, se assim ele fizer, se assim ele o fizer, nós mudaremos o tom da nossa conversa. Mudaremos o rumo da nossa prosa, agora, não me venha com ameaças. Primeiro porque não sou filho de assustado, muito pelo contrário, senhor Presidente, tenho a honra e o prazer de ser de uma família 3ª geração de linha direta, que ocupa um mandato público. Meu avô foi vereador em Guaraniçu, vice-prefeito em Catanduvas e o meu pai foi vereador nesta Casa, como assim o sou, neste dia de hoje. Além do mais, carrego comigo a responsabilidade em meu nome, numa singela homenagem a meu outro avô, Aldino, um homem muito simples, de muita luta, mas que nunca fugiu de uma grande causa; ainda mais quando esta causa é justa. E a saúde pública, vereador Paulo Porto, é uma causa mais do que justa, ela vale um mandato político, ela vale um mandato popular. Querem me processar, eu e o vereador Jaime Vasatta e o vereador João Paulo, que me processem, não tem problema. Se querem tirar todo o nosso patrimônio que tirem, se for este é o preço para pagar por lutar pelo que a gente acha certo, eu pago! Agora, eu não pago o preço é da vergonha, da covardia, do medo de enfrentar os poderosos. Porque esta luta não é só minha, do vereador Jaime, do vereador João ou dos senhores vereadores, esta luta é da dona Maria que perdeu o seu filho na UPA sem ter chance de levar ele num leito hospitalar, do senhor João que perdeu a sua companheira numa UPA esta luta é da nossa gente, que tem sofrido e morrido calado, porque não tem voz para ser ouvido. Presidente, já finalizando quero deixar aqui um aviso ao Dr. Miroslau Bailak, um processo vai ser pouco; eu já respondo três, neste ano de mandato por lutar por aquilo que eu acho certo. Que entre com cinco ou com dez, não será com processo que você vai calar esta voz. Eu decidi dedicar o meu mandato nesta causa da saúde pública com ou sem CPI, serei a voz que ficará infernizando a vida desta gente, vereador João Paulo. Se eles durante a vida deles perderam o ar de humanidade, perderam a noção do valor que uma vida tem eu serei a voz que ficará lembrando eles que saúde pública não é lugar pra se fazer negócio. E aproveitando o último minuto, presidente, quero passar um dado para vocês agora, neste momento, deve ser neste momento são 11:14, neste exato momento, nós temos 31 pessoas, 31 pessoas clicadas em nossas UPA's; esperando um leito hospitalar; 31 pessoas, um senhor aguardando há 16 horas, com vaga zero, ou seja, na iminência, no iminente risco de perder a vida. Os números e as estatísticas nos mostram que destas 31 pessoas, infelizmente, uma ou duas perderão a vida sem ter a chance de entrar num hospital. E eu me pergunto e, tento me colocar no lugar destas famílias que estão desesperadas neste exato momento e daí chego a resposta da pergunta que fiz no início da minha fala, se estamos pegando pesado com esta gente, um aviso pra eles, ainda não estamos. Obrigado, Presidente. A próxima

manifestação, com a palavra o vereador Rui Capelão. – Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência quero complementar parte do que falei já hoje nesta tribuna, por ser bastante, por procurar ser bastante coerente quando eu me pronuncio à população. É, eu entendo que o nosso governo federal que tem tanto do dinheiro para comprar áreas para fazer o Programa Minha Casa Minha Vida como aquele projeto que está fazendo lá na região norte de 2.000 e poucas casas, pagando preços astronômicos do valor do alqueire de terra. Por que ocupar as áreas públicas e não comprarem áreas para fazer 60 casas, como vão fazer no Pazinato? 140 como vão fazer lá no Quebec que inclusive, a população entrou até na Justiça para que garantisse o direito daquela área, né? Só que o que acontece é o seguinte: esta Casa já tinha desapropriado, vamos dizer assim, a área da população, veio o projeto do governo municipal, caiu nesta Casa, por irresponsabilidade desta Casa aprovaram e, a população ficou sem a área. Hoje, uma briga na Justiça. Não, mas, foi desapropriado pela Câmara de Vereador, né? Foi feita a desafetação, né? E a população lá do Quebec que espera tanto CEMEI's, áreas esportivas e tudo, ah! mas, a área está livre e não fizeram nada. Não fizeram nada porque o governo municipal não foi responsável é ele quem tem que fazer estes equipamentos público para a população que está esperando. Assim, lá no Pazinato a mesma coisa. Ora, nós temos que ser coerentes nestes nossos discursos. A mesma coisa eu falo também, no caso do Instituto Federal, ah! não, mas é escola. Instituto Federal é escola, é escola profissionalizante, nós precisamos lá de escola de 0 a 5 anos, pra de 5 a 10 anos que o Instituto Federal não vai atender esta população. Oh! O diretor do Instituto Federal, diz: oh! mas a escola é para a população! Para a população, mas não para aquela população que precisa e que são as crianças, né, até a sua adolescência propriamente. Nós sabemos aí como é que está a nossa educação. Fizemos aqui a nossa audiência pública, talvez a maior audiência pública que tenha acontecido dentro desta Casa, aqui; entorno de 200 pessoas, né, para falar sobre educação. Então, o pessoal do CEMEI's, direção, tudo, defendendo a nossa educação. Falta de escola, aquela briga entre Estado e Município que nunca é resolvido pelas autoridades que deveriam resolver, por irresponsabilidade; porque se quisesse resolver resolveriam muito bem, as áreas que estão aí com problemas para se fazer escola municipal e se fazer escola estadual. Ora, nós temos que entender estas coisas e temos que saber respeitar, vereador Sílvio, o senhor sabe que houve agora invasão lá de 17 fazendas pelos Sem Terra, né, mas fazenda é de rico, vereador Sílvio; não está tirando de pobre pra pobre, a invasão das áreas públicas é tirar de pobre para pobre; e este tipo de coisa não se pode fazer. Não se pode tirar da boca de um pobre pra por na boca de outro, senão este daqui vai passar fome. Então, são questões assim que tem que ser pensadas assim de uma forma diferente. Eu acho que o senhor tem que mudar a sua visão, na questão das áreas públicas e isto tem que ser preservado, nós temos que ter este entendimento. Eu defendo o direito da terra, daqueles que precisam de terra, defendo aqueles que precisam de moradia; mas não de uma forma desrespeitosa a nossa população pobre, né? Nós temos que ter coerência naquilo que nós fazemos,

naquilo que nós falamos e naquilo que a sociedade nos cobra, né? Não podemos esconder debaixo da pata quando vai lá para pedir voto para a população; dizer que é uma coisa e fazer outra, depois. Isto eu acho um grande absurdo! E a gente sabe que a população lá tem nos levantado, determinados discursos que faziam e que hoje são bem diferentes. Mas, aqui nesta Casa nós temos que ter voz livre, ter o direito de falar o que nós achamos que devemos falar para a nossa população, respeitando a todos, mas com o direito de falar e defendendo aqueles que realmente precisam, principalmente os mais necessitados e que são aqueles que precisam de casa, por exemplo. Obrigado! - Com a palavra o nosso vereador, Romulo Quintino. – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, distinta assistência, imprensa que mais uma vez faz o seu trabalho nesta manhã na Câmara de Vereadores de Cascavel, cumprimentar aqui o Pedro do Jornal Hoje, e em nome dele cumprimentando a todos os órgãos de imprensa. O que me traz hoje a tribuna desta Casa, depois de tão inflamado discursos e reais, verdadeiros, importantes como o que acabamos de ouvir aqui do vereador Gugu Bueno. É, também não posso me furtar de falar, embora um outro tema, mas também quero compartilhar com os senhores vereadores algo importante que está acontecendo a nível de Brasil; e que nós temos alegria de termos um cascavelense a frente deste grande grupo de trabalho. Eu quero inicialmente, vereador João Paulo, resgatar aqui a nossa infância, no que diz respeito a área comercial, desde os 14 anos eu tive a satisfação de trabalhar no comércio com os meus pais e, inevitável lembranças também, vem a mente quando nos lembramos sempre, sempre, das altíssimas cargas tributárias que o comércio, que as empresas, que o setor empresarial, industrial, agricultura, sempre pagaram. E, vereador Rui Capelão, dentro da sua indignação com algumas coisas que acontecem na nossa cidade; também gera uma indignação no que diz respeito ao impostômetro que gerou no ano de 2013, 1,7 trilhão! Trilhão! 1,7 Trilhões de dólares, de reais! 1,7 trilhões de reais de imposto recolhido no nosso Brasil, de acordo com Associação Comercial do Estado de São Paulo. E dentro desta lembrança, eu lembro com quanta dificuldade os meus pais muitas vezes tinham que pagar altos impostos. E o dado é que as empresas brasileiras são as que mais trabalham para pagar impostos. Segundo estudo do BID tributos equivalem a 3.600 horas de trabalho. O Brasil é o país em que as empresas precisam trabalhar mais horas para pagar os impostos. Segundo o estudo do Banco Mundial de acordo com o ranking uma empresa média tem que trabalhar 2.600 horas igual a 108 dias para pagar os impostos; colocando o país na 183ª posição no ranking mundial; ou seja, o último lugar. Em média empresa do ranking da América latina e do Caribe tem que trabalhar 503 horas para pagar os impostos da região. Os países latinos mais bem colocados na pesquisa são Belice e Colombia em que as empresas gastam 147 e 208 horas de trabalho no pagamento. Então, os impostos de fato eles inviabilizam todo e qualquer investimento que é feito. Quando não inviabiliza, vereador Jaime Vasatta, dificultam e dificultam de maneira significativa porque impede o crescimento, impede o desenvolvimento, impede a ampliação dos negócios; e isto tudo trava e trava de uma maneira muito forte o sistema que gera realmente riquezas para o país, que é o

comercial e o industrial, é claro, além do agronegócio, que é a nossa principal atividade regional. E, eu quero dentro desta situação falar dois dados importantes, quero resgatar um dado de outubro do ano passado, outubro de 2013, falando sobre a potencialidade do nosso município e a potencialidade do Estado do Paraná, no que diz respeito à condição de gerar empregos. Capturando aqui, um dado de outubro de 2013 o município de Cascavel registrou a variação de 1,02%, com um saldo de 942 novos empregos. Este dado colocou a nossa cidade, a cidade de Cascavel em 1º lugar no ranking estadual, comparando-se cidade com mais de 30.000 habitantes; em 2º lugar está Curitiba, vejam bem, com 0,07% de crescimento; seguida de Maringá com 0,24%. Então, vejam, Cascavel mais uma vez mostra a sua condição de crescimento. O Estado do Paraná, por sua vez, agora, dado de janeiro é o 2º Estado que mais gerou empregos no Brasil. O Paraná foi o 2º Estado brasileiro que mais criou empregos, segundo dado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados o CAGED, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego há alguns dias. Em 2013, ficamos, o Estado do Paraná ficou na liderança entre os Estados do sul e apresentamos o 3º maior desempenho entre os Estados brasileiros. Em contrapartida, aí vejam, ligado diretamente ao assunto que acabamos de falar, o comércio perdeu 2.448 vagas e a agropecuária registrou perda de 504 postos de trabalho, diretamente ligada a questão tributária que gera com, gera automaticamente, o desemprego. Então, nós temos estes dois dados importantes falando sobre a nossa cidade, em outubro de 2013 que mais gerou emprego e o nosso Estado do Paraná que é o 2º Estado a nível de Brasil que mais gera empregos. Agora imaginem os senhores, se a carga tributária fosse diferenciada do que nós temos hoje o quanto a nossa cidade, o quanto o nosso Estado geraria ainda mais emprego, porque condição de produtividade ele tem, a nossa cidade tem, o nosso Estado tem, e digo mais, tem de sobra. Nós temos uma terra que tudo produz, temos povo trabalhador e viabilizado a redução de impostos, com certeza produziríamos ainda mais. E eu quero falar agora também, sobre a satisfação de termos no último dia 26 de fevereiro de 2014 o Presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves do PMDB do Rio Grande do Norte, indicou para presidir a comissão que vai discutir a reforma tributária o nobre cascavelense, nosso Deputado Federal, Alfredo Kaifer do PSDB. Tivemos esta alegria em receber a notícia de sua indicação. O Deputado Alfredo conhece muito bem o trabalho, a necessidade e a dificuldade do setor empresarial; assim como outros vereadores que aí estão e, tantos outros empresários da nossa cidade, da nossa ACIC, da nossa AMIC; poderiam falar isto com muita propriedade; mas a honra foi dada ao Estado do Paraná, a honra foi dada ao oeste do Estado do Paraná, a honra foi dada a cidade de Cascavel quando recebe a indicação do nosso Deputado Federal Alfredo Kaifer, que estará fazendo um brilhante trabalho frente a este grupo de análise da reforma tributária. Estamos perdendo competitividade em relação ao mundo globalizado, porque temos um imbróglia tributário e uma carga alta de impostos, taxas e contribuições que atrapalham a vida das pessoas. Vejam bem, a concentração de recursos na mão da União é de 65% e os municípios recebem apenas 15% deste

montante. Então, vamos estar acompanhando de perto o trabalho deste grupo, presidido pelo Deputado Alfredo Kaifer e eu tenho a certeza que dentro dos próximos 90 dias, que é quando dura este grupo de trabalho, teremos excelentes resultados. Então, deixo mais uma vez os parabéns ao nosso povo oestino, ao nosso povo cascavelense (um aparte) que com toda a certeza dignificado será, quando este sonho se tornar realidade; o sonho de termos uma menor carga tributária que por consequência direta, uma maior geração de emprego, além daquilo que já alcançamos e, que com certeza será uma grande benção para a nossa cidade, pro nosso oeste do Paraná. Com aparte, vereador Claudio. – Senhor Presidente, nobres vereadores; parabenizar ao nosso presidente do PSL pelo brilhante discurso e, aproveitando a oportunidade para lastimar e para dar uma informação aos senhores do falecimento da dona Terezinha Luzzi, líder comunitária do Jardim União, coordenadora da 3ª idade que infelizmente, veio a falecer ontem a noite e o seu sepultamento acontecerá hoje, às 15:00 horas no Cemitério Central, pessoa também muito conhecida aí do vereador Romulo Quintino. Obrigado. A próxima (só pra concluir, Presidente) a próxima... – Com a palavra, o nosso vereador Sílvio Gonçalves. – Senhor Presidente, nobres pares, assistência, hoje eu me inscrevi um pouco mais pra agradecer a recepção que a gente teve nesta Casa, os nobres pares, todos os funcionários, né, mas ouvindo várias questões, eu, me botou em reflexão umas coisas. A última fala a questão dos impostos, impostômetro e muitos defende não ter imposto ou imposto zero, imposto único, né, ou um dia sem imposto, eu colocaria como ter um dia sem segurança pública? Um dia sem saúde pública? Um dia sem escola pública? Um dia sem todos o que é pago com os impostos públicos, qual seria o resultado disso? Eu vejo que nós temos que mudar de novo o discurso. Não é a questão somente dos impostos altos, mas sim, como esta sendo gasto os nossos impostos. Gugu, na sua brilhante fala, concordo com ele, com tudo o que ele disse, ele mesmo foi testemunha dizendo que recurso vem do governo, está sendo mal gerenciado. Então, eu vejo o seguinte: o que a gente ouve falar de impostos, emprego, sempre do setor empresarial como se o trabalhador, aquele pai de família assalariado, não pagasse impostos na hora dele comprar o seu quilo de feijão, o seu quilo de arroz, pagar o seu IPTU, pagar os seus impostos. Eu vejo que este sim, paga; ao contrário de muitos, nem todos, mas muito grandes empresários como nós temos aí a denúncia da Rede Globo que deve milhões de sonegação de impostos, milhões; me dão 10 vezes, o dito falado mensalão. Se nós formos vermos todos os impostos sonegados neste país, que assola sim, a classe trabalhadora, também, que não são citados. Como se o setor empresarial fosse a única vítima ou se fosse vítima. Não! Cadê o do trabalhador? Então, só pra dar uma lembrada. E a questão, Rui, eu defendo a casa própria, eu defendo o direito e nós temos que fazer esta discussão, Rui. Sim, na questão dos loteamentos, da área pública, o Romulo Quintino puxou esta discussão também, nos buscamos lá em 2004 quando isto aqui, estava discutindo o Plano Diretor de 2006 que está em vigor, a questão das áreas públicas, que não basta você deixar uma área pública que você tem que fazer a infraestrutura também, porque senão o setor empresarial que vende aí para a

população uma ilusão; aí a população compra o seu lote, contando com aquilo. Ah! tem infraestrutura, tem isto, tem aquilo outro e na verdade quando vai para a população vai para aquele bairro está lá a área vazia; e a estrutura vai sobrecarregar naquilo que já tem dos seus impostos, nos postos de saúde, na creche, na escola. Que o setor empresarial do setor imobiliário que já vendeu seu terreno, já botou o dinheiro no bolso e falou assim: Tchau! Comunidade! fica com o problema porque a minha parte eu já recebi, que é o lucro; e o município e a população que fique com o prejuízo de fazer a infraestrutura. O Frare, foi Secretário de Finanças, ele sabe muito bem como é isto, que tem que ser administrado. Neste momento a gente tem que levantar todos os problemas e hipóteses; nós não podemos partir para o discurso fácil e do senso comum. Nós, vereadores, não somos donos da verdade, mas temos a responsabilidade de levar as discussões a fundo e a sério em prol da população e não do interesse político do lado “a” e do lado “b”, né? E eu vi isto, e hoje me surpreendeu a votação do requerimento o Gugu não está aqui, líder do governo, que fez nas primeiras sessões minha, os requerimentos que eu apresentei, indicações, indicações não tem votação, mas o requerimento tem, todos foram rejeitados. Eu vejo o companheiro lá de Juvinópolis, primeiros requerimentos que nós apresentamos foi de Juvinópolis e, foi pedido voto aqui, pelo nobre par, contrário aos requerimentos que nós tínhamos feito. O requerimento não era do Sívio, era a reivindicação de uma comunidade, era a reivindicação de uma população e aí ele coloca que defende vida, porque a ele está sentindo na pele quando está defendendo; mas ele não vê de outro lado, então quando o outro está defendendo o direito da comunidade, mas como não é do seu grupo político, aí é negado este direito. Não ao vereador que apresentou; mas sim a comunidade que reivindicou; ao bairro que reivindicou, a população que reivindicou, certo? O pessoal do Sanga Funda questão de vida, sim. Fizemos requerimento, foi rejeitado por esta Casa também pela maioria dos pares, aonde eu apresentei aqui nesta Casa um vídeo mostrando o risco de vida que corre aquelas crianças para irem à escola, e foi rejeitado pela maioria desta Casa Então, risco de vida, tem dois pesos e duas medidas, por alguns nobres pares que estão aqui! Tem peso quando convêm, quando não convêm vida não tem valor. Então, eu quero dizer: agradecer a maneira que fui recebido, mas também, a indignação de ver que muitos votam não, em prol do interesse da população; mas sim em prol do interesse daqueles que o mandam votar ou daqueles que eles respeitam; ou que acham que pediu para votar assim ou assado, porque eu acredito que se fosse votar pelas suas consciências, não quero dizer aqui que vocês não tem consciência; mas se fossem votar pelos seus interesses eles teriam votado em prol da população, ora é pra isto que nós estamos aqui. É pra isto que para cada um de nós fomos eleitos, para cada um de nós respondermos a nossa comunidade. Então, estes 30 dias que eu fiquei aqui na Câmara, me mostrou muita coisa. Uma realidade que eu já conhecia pela luta social que eu enfrento e, comungo com o Gugu, não me interessa o tamanho ou o poder do adversário; se ele está contra a população nós enfrentamos e não nos ajoelhamos perante quem seje. Isso né, todos vocês conhecem porque a gente tem aí perante a

sociedade chamado de turrão, até que surpreendeu, né, até algumas falas que eu recebi de alguns companheiros, de nobres pares, que surpreendeu a minha posição aqui na Câmara, porque achavam que eu ia chegar aqui o Sílvio que estava nos movimentos sociais. Sim! Lá a gente já tem que porque a gente não temos a caneta não temos o voto; lá nos temos a voz, a luta pelo interesse da maioria daquilo que nós acreditamos; daquilo que nós sonhamos e aquilo que nós acreditamos ser certo e ser verdadeiro. Aqui nós podemos fazer a diferença, porque aqui nós fazemos a lei para que a justiça seja feita; mas infelizmente estes 30 dias, não sei porque motivos eu vi que algumas coisas não é o interesse da comunidade, o interesse do cidadão cascavelense que está em primeiro lugar; mas sim o interesse de quem fala: não aprove ou não faça, porque isto é situação e oposição. Eu pra mim teria em primeiro lugar a maioria da população e não, situação ou oposição. Muito obrigado a todos os nobres vereadores, né, por estes 30 dias. – Vereador Sílvio, eu quero agradecer a sua presença aqui e cumprimentá-lo em nome desta Casa, realmente foram dias que contribuíram para a Câmara, para o município de Cascavel, então felicito-o pela passagem por aqui, foram bons dias, espero que assim que possível, neste mandato ou na próxima legislatura, o senhor retorne a esta Casa aqui, certamente o povo de Cascavel ganha com a sua presença. Obrigado pela sua presença, aqui! Com a palavra o vereador Luiz Frare – Senhor Presidente, Senhores Vereadores e assistência que ainda permanece aqui na Casa. Na realidade, eu ia abrir mão da palavra, mas eu preciso fazer algumas referências ao pronunciamento do Sílvio. Em primeiro lugar, Sílvio, os repasses do governo federal quando existem e do Estado quando acontecem; eles são repasses com fins específicos; ou a tradicional verba carimbada; portanto ela tem uma aplicação para aquela finalidade a que se destina o pedido feito daqui prá lá. E ela é fiscalizada, sim, pelos conselhos, pelas secretarias que comandam a pasta, pelos conselhos, pela imprensa, pela promotoria pública e finalmente quando da prestação de contas pelo Tribunal de Contas; portanto eu não vejo, tendo em vista que ao longo dos 08 anos que eu fui Secretário de Finanças, até agora, as prestações de conta da Prefeitura municipal de Cascavel foram todas elas aprovadas. O segundo ponto: que você se refere, a dívida da Rede Globo, ótimo! Como seria conveniente que você que tem um trânsito muito fácil em Brasília dê essa sugestão para as autoridades monetárias fazerem encontro de conta, afinal de contas o governo gasta milhões e milhões de reais em propaganda com a Rede Globo. E eu não sei porque eles não fazem este encontro de contas. Ora, se a gente abrir qualquer televisão eu já disse isto, vou ser repetitivo nós vamos ver é Correio, é Eletrobrás, é Banco do Brasil, é Caixa Econômica, é torneio de bolinha sendo patrocinado por estas entidades, e a Globo é a que abocanha a maior fatia da publicidade do governo federal como um todo. É, outro assunto, quando você fala dos requerimentos que não foram aprovados, tá, tem um deles que diz respeito a Juvinópolis que já está feito o pedido lá, já está programado a construção da obra, a que você pediu e já um outro vereador, no ano passado, já fez este requerimento; só para citar um exemplo. É, pois não! – Vereador Frare, se vossa excelência me permitir, eu não estava,

eu estava ausente no momento que o vereador Sílvio usou da tribuna, mas fiquei sabendo que o vereador Sílvio fez menção em especial ao nome deste vereador, por isto me sinto na obrigação e na necessidade de não respondê-lo até porque acho que não é este o intuito deste debate. Mas, primeiro aqui saudá-lo, vez que de fato vossa excelência contribuiu com os trabalhos nesta Casa nestes últimos 30 dias, mas a vossa excelência me deixou meio confuso porque tenho por ti muito respeito, enquanto agente político, um homem que sempre fez política em sua vida, política partidária, área política social de não entender esse papel oposição e situação, aqui nesta Casa. É sim, aqui. É sim, na Assembleia. É sim, no Congresso Nacional. Eu tenho este debate já de muito tempo com o vereador Paulo Porto e nós sempre chegamos a conclusão que é do debate: situação e oposição que você encontra o melhor caminho pra Cascavel. Isto é absolutamente natural! Fazer referência ao que o vereador Frare, que acabou de dizer agora, o vereador em questão era uma Capela Mortuária no distrito de Juvinópolis. O Vereador Frare foi e eu fui, o vereador mais votado em Juvinópolis, o vereador Frare foi o segundo mais votado, com votação muito próxima da minha. Compromisso nosso! de realizar aquela obra, estamos desde o início do ano passado pedindo, cobrando junto com o vereador Romulo Quintino, que esteve comigo lá em Juvinópolis. Está tudo encaminhado, está tudo acertado, está no orçamento, vamos realizar! Aí, aquele requerimento nada mais pareceu para mim que é vontade de querer ser o pai de uma futura obra que já vai ocorrer, com ou sem requerimento. Então, aproveito a vossa, este espaço vereador, só mais um segundo, prá porque vi o movimento na rede social: ah! os vereadores votaram contra o requerimento, não vai mais sair a Capela Mortuária. É isto que eu brigo nesta Casa. Muitas vezes, querem dizer estamos fazendo um projeto de lei e agora o projeto de lei vai ter cadeiras pros deficientes em Cascavel. Já existe cadeira. Ah! agora com o requerimento aprovado vamos realizar a capela mortuária em Juvinópolis. A capela mortuária de Juvinópolis vai sair, com ou sem requerimento. Então, prá justificar vereador o nosso voto contrário aquele requerimento porque ele me pareceu nada mais do que com intuito de aproveitar o momento. Obrigado, vereador. – Só prá concluir: é, Sílvio, eu quero te parabenizar pelos 30 dias que você esteve aqui e dizer o seguinte: é, corroborando com que o Romulo falou agora há pouco, a reforma tributária no país é uma luta de muitas e muitas gerações de deputados, principalmente; e não vai acontecer. Por que quê não vai acontecer? Porque um governo cada vez mais voraz na arrecadação está pensando em aumentar 3 pontos percentuais a arrecadação total, é, do país como um todo. Então, eu acho que a reforma tributária realmente é uma luta inglória, mesmo porque se nós formos analisar hoje tem 39 ministérios, mais um que não é ministério, mas trabalha como tal; são 40 praticamente, contando este, 40 ministérios. Se nós formos perguntar pra Presidente Dilma 10 ministérios com o nome e a respectiva função; provavelmente ela não sabe. Provavelmente vai saber de 25 a 30, mas 10 ela não vai lembrar quem é que ocupa aquele ministério e nem quem é a finalidade daquele ministério. Portanto, são ministérios que não tem a mínima finalidade, que podem ser perfeitamente tocados por

outros ministérios, mas que estão lá pra fazer aquele, aquela base de governo que todo município, Estado e União, tem. Era isto o que eu queria dizer e obrigado! – Com a palavra, o vereador Nei Haveroth. – Senhor Presidente, dado ao adiantado da hora, como diz o meu presidente de Partido, eu abro mão da minha palavra, senhor Presidente. – O próximo inscrito é o vereador Marcio Pacheco, mas ele iria se manifestar em relação a uma questão aí, mas às vezes as questões são tão pequenas e periféricas que sinceramente, nem merece a nossa manifestação. Então, eu também abro mão da palavra. A última inscrição do vereador João Paulo. – Presidente, eu vou abrir mão da palavra porque vou fazer um requerimento amanhã, então. Obrigado. Então, nós todos agradecemos aos vereadores que abriram mão da palavra e também, aos que não abriram, um forte abraço a todos e até amanhã às 14:30. O presidente encerrou a presente sessão às onze horas e cinquenta minutos e, nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**MARCIO PACHECO**  
Presidente

**Gugu Bueno**  
1º Secretário